

SISTEMA FINANCEIRO

Haddad defende Drex

Ministro diz que o objetivo é tornar as transações financeiras mais eficientes

» FERNANDA STRICKLAND

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o Drex, projeto de infraestrutura tokenizada em desenvolvimento pelo Banco Central, não tem como objetivo monitorar a população, mas, sim, tornar mais eficientes as transações financeiras. “Tem transparência, não tem controle, não é pra isso que ele serve”, disse durante entrevista ao Podcast 3 Irmãos.

Haddad destacou que a tecnologia pode aumentar a visibilidade sobre renúncias fiscais e contribuir para maior clareza nas contas públicas. Questionado sobre a viabilidade de implementação plena do Drex até 2030, ele lembrou que a agenda é conduzida pelo BC e não pela Fazenda. O ministro citou ainda as dificuldades enfrentadas pelo sistema financeiro após os recentes casos de hackeamento do Pix, que obrigaram a autoridade monetária a rever cronogramas.

Segundo ele, a próxima etapa do Drex está prevista para 2026

e terá como foco a reconciliação de gravames, sem uso imediato de blockchain — tecnologia que deve ser incorporada em fases posteriores.

Pix sob ataque

O ministro também chamou atenção para os riscos de fraudes e ataques cibernéticos envolvendo o Pix. Ele alertou que as perdas para o sistema financeiro já podem chegar a R\$ 1 bilhão, atingindo bancos, fintechs e empresas de

tecnologia. “As instituições podem sofrer perdas milionárias”, disse.

Haddad defendeu o sistema de pagamento instantâneo diante das críticas de empresas de cartão de crédito, que veem no Pix uma ameaça ao mercado. “Se o consumidor quiser, ele deve ter a liberdade de usar o Pix”, argumentou. O ministro também rebateu a investigação aberta durante o governo Donald Trump nos Estados Unidos sobre o serviço, classificando-a como resultado de desinformação. “O Pix é uma moeda digital soberana”, completou.

Brasil S/A
por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Perigos da alienação

Pobre Brasil... Em meio à guerra de egos da caciquia política, ao pânico de parlamentares investigados pelo STF; à gelesia ideológica de partidos indiferentes ao subdesenvolvimento do país, ao furrunço na economia global criado pelo tarifaço e aos movimentos erráticos de Donald Trump, o mais preocupante é o alheamento quase absoluto com o avanço das grandes transformações tecnológicas no mundo.

Os exemplos de inovações disruptivas pipocam em todos os campos da indústria, dos transportes, da energia, das comunicações, da medicina etc. Inovações previstas para anos ou décadas à frente já estão disponíveis, algumas nem foram bem noticiadas, enquanto aqui discutimos firulas partidárias como riscos existenciais. Vai ser trágico ignorar tais engenhos, e não há nada capaz de barrá-los.

Gastamos mais tempo falando da dívida pública, dos deficits, da tributação sempre crescente e dos juros proibitivos, criando toda uma cultura para driblá-los formal ou informalmente com amparo dos governantes que os criticam, do que com a expansão das atividades inovadoras e do emprego altamente qualificado que lhe é inerente.

Confundimos o plano de contas fiscais com a política econômica, que é muito mais amplo que o ajuste fiscal. Temos meta para os deficits do Orçamento federal, e não há meta para o crescimento econômico.

Chamamos de política industrial o crédito camarada para manter ou retrofitar negócios terminais, como motores a combustão, inclusive, biocombustíveis, quando o padrão elétrico já foi dado pela China.

Trump despreza as energias eólica e solar e adora o petróleo, que distingue com o slogan “drill, baby, drill”, mas a geração limpa segue recebendo investimentos privados maciços nos EUA.

Não se investe no que tende a um ciclo de vida da ordem de cinco a 10 anos. É o que explica os trilhões de dólares que a Arábia Saudita e os Emirados estão aplicando no desenvolvimento de data centers, softwares e aplicativos de inteligência artificial.

Qual a mensagem? Que o petróleo, a sua maior riqueza, tem data para cair em desuso, e antes que acabe investem os seus lucros em softwares e em serviços e cidades high tech. Não estão planejando o futuro, estão construindo-o já.

E quem se preocupa em construir o nosso futuro se até o nosso presente ficou no passado?

Oportunidade bate à porta...

Como em outras ocasiões em que o horizonte parecia azul para nós, tiramos pouco proveito das oportunidades quando fizemos as grandes hidrelétricas e polos industriais de ponta (tivemos até um “Mac da periferia”, mas a Apple chamou a polícia e o Made in Brazil foi em cana). E houve também o boom das commodities graças à China.

“Infelizmente”, citando o economista, diplomata e grande frasiista Roberto Campos, “o Brasil nunca perde a oportunidade de perder oportunidades”. Elas batem outra vez à porta. Alguém está ouvindo?

Graças à China e à industrialização disruptiva, outra vez, e agora também aos EUA, que tentam reaver com a sua antiga bonança industrial, temos chances de embarcar nessa nova onda não como passageiro, mas como parte estratégica. Comum a essas estratégias, da China e dos EUA, é o uso hiperintensivo de eletricidade a baixo custo, insumo que temos em abundância e acessível (sem os pesados encargos que encarecem a tarifa despropositadamente).

Nossa matriz energética já é renovável em mais de 90% da geração, com as hidrelétricas atendendo 65% do total. Há também água, vento e Sol em abundância, fatores críticos para a geração praticamente infinita. Falta-nos investir ainda mais em linhas de transmissão de ultra-alta tensão para a eletricidade ser levada com eficiência por longas distâncias e em seu armazenamento por baterias.

Nesse desenho, que já está realizado, o Nordeste tem potencial de vir a ser a nova fronteira de expansão econômica, aproveitando a disponibilidade de energia e os cabos das redes de dados que nos conectam ao mundo, tal como 40 anos atrás o Centro-Oeste despontou como celeiro agrícola. Não será assim não por falta de capital, e, sim, se faltar governança visionária e confiança empresarial.

Eletricidade orienta o futuro

O país precisa sair da lógica de uma economia que mantém há anos uma taxa rala de crescimento mais por aditivos ao consumo por meio de transferências de renda e crédito, ambos no limite orçamentário do Tesouro e das famílias endividadas. A prioridade tem de ser o aumento da oferta, direcionada pelas inovações, não por negócios que o resto do mundo está tornando ou já tornou obsoleto.

Tome-se outra vez a geração de eletricidade. Ela responde por 21% do consumo de energia no mundo e por 22% nos EUA. Na China, vai a quase 30%, mais que em qualquer outro grande país, exceto Japão. E essa participação está crescendo rapidamente: cerca de 6% ao ano na China, vis-à-vis 2,6% no mundo como um todo e 0,6% nos EUA.

“A eletrificação rápida atende a um propósito estratégico claro como motor de inovação industrial que impulsiona o futuro”, segundo Dan Wang, ex-Gavekal e hoje pesquisador na Universidade de Stanford.

A peça mais sutil da infraestrutura profunda da China é sua força de trabalho com conhecimento do processo das cadeias de suprimento da manufatura, diz Wang. Isso vem do ensino direcionado, o que dispomos com a rede Senai e os institutos federais de ensino profissional e tecnológico. Ambos deveriam atuar em comum, quiçá com direção integrada e mais próximos às necessidades na fronteira do avanço tecnológico, sem o diversionismo do sistema federativo.

Ciclo imparável de rupturas

Os fundamentos para a transformação necessária para superar o que os economistas chamam de “armadilha da renda média” já estão dados — desde que haja direção firme e visão empreendedora dos políticos e do empresariado, sobretudo dos interessados em construir e virar a própria mesa, título de best-seller que merece ser revisitado, do que em fazer carreira no mercado financeiro. Não são poucos.

Precisamos nos apressar. E estar atentos. Quando o lítio, mineral crítico para baterias de carro elétrico e armazenamento de energia em alta escala, está na mesa da geopolítica e dos investidores, um concorrente esperado só para 2035 chegou sem avisar: a bateria de sódio extraído do sal, um insumo abundante e barato.

A chinesa CATL, maior fabricante mundial de baterias, anunciou já estar produzindo em grande escala baterias de íons de sódio, desde junho, para caminhões pesados, e a partir de dezembro para carros. Elas têm o mesmo peso e capacidade das baterias de ferro-lítio da BYD, mas com um décimo do custo, são mais seguras e duram 25 anos.

Cada avanço desse tipo será mais frequente em energias, medicina, eletroeletrônicos, drones, armas, aviões, meios de pagamentos, e o que mais vier à cabeça. O ciclo de rupturas é imparável. E é o que a política tem de entronizar se quiser merecer atenção logo mais.

CONTROLES SOBRE O USO DE MERCÚRIO E O FUTURO DA EXTRAÇÃO DE OURO NO BRASIL

Apesar de já ter sido eliminado em diversos setores e produtos devido à sua alta toxicidade, o mercúrio continua sendo amplamente empregado na extração de ouro.

Para entender os impactos sobre o meio ambiente e sobre a saúde de milhares de pessoas, o **Correio Braziliense** e o **Instituto Escolhas** promovem o evento **"Controles sobre o uso de mercúrio e o futuro da extração de ouro no Brasil"**.

MEDIADORES

Carlos Alexandre de Souza
editor de Política, Economia e Brasil do Correio Braziliense

Adriana Bernardes
coordenadora de Produção do Correio Braziliense

CONVIDADOS

Sérgio Leitão
diretor-executivo do Instituto Escolhas

Larissa Rodrigues
diretora do Instituto Escolhas

Eloy Terena
secretário-executivo do Ministério dos Povos Indígenas (MPI)

Elena Crespo
professora titular da Universidade Federal do Pará e coordenadora do Instituto Amazônico do Mercúrio

Humberto Freire
diretor da Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal (DAMAZ/PF)

Giorgio de Tomi
professor titular da Escola Politécnica da USP e coordenador Técnico do Projeto Ouro Sem Mercúrio

Miguel Castro
Ponto Focal Regional para LATAM e Caribe do Centro CER da OCDE

Thaianne Resende
diretora do Departamento de Qualidade Ambiental do Ministério de Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Eduardo Gama
diretor de Operações no Certimine

Julevânia Olegário
diretora do Departamento de Desenvolvimento Sustentável na Mineração (DDSM) do Ministério de Minas e Energia (MME)

Nilto Tatto
ambientalista e deputado federal

Gilson Camboim
presidente na Federação das Cooperativas de Mineração do Estado de Mato Grosso (FECOMIN)

Jair Schmitt
diretor da Diretoria de Proteção Ambiental do Ibama (Dipro)

07.OUT

A PARTIR DAS 08H30

auditório do Correio Braziliense

LEIA O QR CODE e faça a sua inscrição para acompanhar o evento

Apoio:

Realização